

FONTES, João Luís Inglês – *Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia, 2000. 306 p.

Entre 1451 e 1460, reinando Afonso V, Fr. João Álvares redigia o *Trautado da Vida e Feitos do Mui Virtuoso Senhor Ifante Dom Fernando*. Antigo membro da casa senhorial do Infante D. Fernando, seu companheiro dedicado durante o cativo a que este estivera sujeito em Marrocos, entre 1437 e 1443, na sequência do chamado desastre de Tânger, ingressa no séquito do Infante D. Henrique algures na década de quarenta do século XV, tornando-se depois seu capelão. Terá sido, aliás, a pedido deste último que escreveu a biografia do Infante Santo, envolvendo-se também activamente na recuperação das suas vísceras, depositadas no respectivo túmulo no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, em 1451, e nas celebrações que acompanharam a chegada ao reino das suas ossadas em 1472, marcando simbolicamente o retomar das vitórias militares portuguesas no Norte de África. O tempo da prestigiante ascensão social de Fr. João Álvares, assinalada ainda pelo ingresso na Ordem de S. Bento de Avis e a assunção do abaciado do Mosteiro de Paço de Sousa, entre 1461 e 1485, correspondeu ao da promoção da memória e do culto do seu antigo senhor, o Infante D. Fernando, na qualidade de cavaleiro cristão e cruzado exemplar, mártir e depois santo.

O texto do *Trautado* constitui o documento que serviu de ponto de partida para a investigação de João Luís Fontes, de que resultou o livro aqui em apreço. O intuito de dissecar as estratégias discursivas de construção de uma memória sagrada de D. Fernando, a transmitida por essa narrativa, levou necessariamente o Autor a percorrer, entre arquivos e fontes cronísticas, e com um olhar atento à captação dos pormenores possíveis, o itinerário histórico do Infante e o do seu biógrafo (caps. I a VI), centrando-se depois no aprofundamento do processo de santificação do mártir de Fez (cap. VII), no que constitui a parte mais inovadora da sua obra. Entre a exaltação e os silêncios, o objectivo declarado do *Trautado* consiste em apresentar D. Fernando como santo e mártir, e promover o respectivo culto. Veicula, assim, o modelo de um príncipe cristão virtuoso, apresentando-o como tal ao auditório cortesão e senhorial que gravitava em torno da corte de Avis. Aliás, a existência de um santo entre a linhagem régia acabava por carrear maior legitimidade e prestígio, quer a uma dinastia iniciada com uma revolta e fundada por um bastardo, quer à prossecução de uma política agressiva contra o Islão no Norte de África.

Num século povoado de cronistas ao serviço da monarquia e respectivos feitos, no reino ou fora dele, o *Trautado* pode configurar, a avaliar pelo seu conteúdo, um registo historiográfico, enquanto crónica que relata, de facto, com bastante fidelidade as vicissitudes terrenas de um principesco senhor. Hagiográfico também, ao apresentar e sublimar uma vida predestinada para a santidade, elencando os sinais, os milagres e os poderes taumátúrgicos de um corpo morto mas eterno. Perante a ambiguidade da sua natureza textual, que a tendência de categorização do nosso tempo por vezes tem dificuldade em contornar, sugeriu-se, ainda, tratar-se de uma crónica hagiográfica. Partindo das renovadoras sugestões metodológicas avançadas pela abundante historiografia estrangeira no campo da santidade, João Luís Fontes submeteu o mencionado relato a um rigoroso exame de crítica textual, do qual conclui a sua fidelidade aos *topoi* vigentes nos escritos hagiográficos, recenseando as suas fontes e citações bíblicas (pp. 272-275). O que lhe permite desfazer equívocos e estabelecer tal narrativa como um texto essencialmente hagiográfico, ou uma biografia sagrada, segundo a proposta conceptual de Thomas J. Heffernan para este género de textos.

A pormenorizada narração das vicissitudes do cativo constitui, no *Trautado*, o núcleo polarizador em torno do qual se articula toda a biografia do Infante, como se a sua vida estivesse já orientada, desde o nascimento, para a santidade, tendo ela decorrido repleta de virtudes, devoção e penitências. Sendo extremamente escassas as informações fornecidas sobre as primeiras décadas da sua existência, João Luís Fontes inventaria praticamente toda a documentação conhecida que possa iluminar algumas parcelas do passado do Infante, cruzando as fontes arquivísticas com as cronísticas. Procurando, nesta exumação do passado, conhecer o seu percurso, e tentando melhor compreender e decifrar o *Trautado* e os propósitos que prevaleceram à sua redacção. Assim, analisa exaustivamente os documentos existentes sobre a sua casa senhorial, nomeadamente os relativos à formação, ampliação e gestão do seu património, esforço de pesquisa que o Autor sintetiza no completo e útil quadro em que apresenta o elenco do conjunto dos criados e servidores do Infante (pp. 207-254). A análise cuidada do volume de bens de que dispunha, e as constatações acerca da prodigalidade para com os seus vassalos, louvada pelo seu biógrafo e patente no seu testamento, pode esclarecer, aliás, alguns dos motivos que o levaram a ser fervoroso defensor da guerra em Marrocos, dado tratar-se de uma oportunidade de acesso a novas fontes de riqueza com que poderia manter a sua casa. O cargo de administrador da Ordem de Avis, que ocupara desde 1434, não havia sido suficiente para colmatar a exiguidade dos seus rendimentos, e nesse projecto expansionista acabava por partilhar um anseio comum à restante aristocracia do seu tempo. Tal não significa que as motivações espirituais estivessem ausentes dos seus empreendimentos militares, tendo em conta a sua devoção ao culto da cruz e o facto de possuir uma relíquia da Vera Cruz, que o associava intimamente quer à vitória do Salado, em 1340, quer à ancestral Reconquista que estivera na génese do reino de Portugal, a que as almeçadas conquistas no Norte de África pretendiam dar continuidade, no sentido de recuperar para a Cristandade territórios que haviam já pertencido aos cristãos.

Filho do rei João I e de Filipa de Lencastre, figura na História como o Infante Santo, tendo também sido imortalizado nas artes em tábuas pintadas por Nuno Gonçalves. O seu culto litúrgico parece remontar à década de setenta do século XV, pelo menos na colegiada de Santa Maria da Oliveira, em Guimarães; por outro lado, entre Lisboa, Roma e a Flandres, Fr. João Álvares, por iniciativa de Isabel da Borgonha, conduz com sucesso as negociações para a instituição de uma capela dedicada a D. Fernando, na igreja lisboeta de Santo António. Não havia sido em vão, portanto, o sacrifício a que fora submetido, prevalecendo sobretudo para a posteridade a sua memória de santidade. Equiparado à Paixão de Cristo, o martírio sobre ele infligido pelos novos gentios que os muçulmanos personificavam, foi o culminar de um percurso de vida orientado para a devoção, que havia iniciado muito antes do cativo. Na verdade, o *Trautado* é extremamente cuidadoso no relato das vivências religiosas do Infante, exaltando o modo como as práticas devocionais a que se dedicava orientavam o seu comportamento terreno. O cruzamento da documentação permitiu a João Luís Fontes confirmar, precisamente, essa imagem deixada pelo seu biógrafo, considerando então o personagem D. Fernando como um exemplo privilegiado para a caracterização das vivências religiosas dos leigos de finais da Idade Média. Pela sua abertura a novas correntes espirituais, as que privilegiavam uma relação mais interior, pessoal e afectiva com o sagrado, que se traduzia depois, muito por influência mendicante, num estilo de vida que exaltava os valores da caridade e humildade, a prática da temperança, o despreendimento dos bens materiais, a mortificação do corpo e a observância da castidade. A análise tipológica da sua livreria, onde predominam os textos litúrgicos e bíblicos, a literatura ascética e mística, a parenética e as hagiografias, além de obras de pendor didáctico-moral,

inventariados e comentados numa tabela anexa (pp. 265-269), permite estabelecer, de facto, não apenas o seu universo de leituras mas também a possível influência que teriam na sua vida quotidiana.

Na síntese historiográfica sobre a malograda expedição militar a Tânger, e respectiva tabela cronológica (pp. 270-271), João Luís Fontes elabora um exaustivo trabalho de revisão dos estudos existentes, com o objectivo de esclarecer os condicionalismos históricos que conduziram o Infante ao cativo e, automaticamente, que estiveram na origem da redacção do *Trautado*. O aspecto mais problemático deste período, e um dos mais estimulantes, reside sem dúvida no carácter voluntário da sujeição de D. Fernando ao Islão, ao oferecer-se como refém para que os derrotados guerreiros portugueses pudessem partir em segurança. Fr. João Álvares realça, de facto, a sua entrega abnegada, uma espécie de prelúdio ao martírio, aspecto contrariado pelo cronista coevo Rui de Pina. O Autor afirma que a falta de documentos não permite esclarecer a maior ou menor veracidade de cada uma das versões, mas a verdade é que o facto do biógrafo do Infante escrever sob o patrocínio de D. Henrique e da corte régia pode levantar suspeições acerca do seu comprometimento ideológico. Se, por um lado, o voluntarismo de D. Fernando poderia de algum modo desvanecer a responsabilidade do irmão pela sua morte, por outro reforçava, textual e simbolicamente, a imagem de um Infante mártir e do cativo como um martírio santificador. Na verdade, D. Henrique, além de ter sido o principal responsável pelo desfecho trágico do cerco a Tânger, opôs-se depois, veementemente, à restituição de Ceuta aos muçulmanos, como estava previsto no acordo, mesmo sabendo que essa recusa representaria não apenas a degradação progressiva das condições de vida do seu irmão cativo como também, a curto prazo, a própria morte.

O passamento do rei Duarte, em 1438, e a menoridade do seu sucessor e herdeiro lançam o reino na discórdia e nas conflituosas regências de seu irmão D. Pedro e de Leonor, a rainha viúva. Membro da chamada íncrita geração, o Infante D. Fernando vai sendo progressivamente esquecido e abandonado ao cativo, embora o falecido monarca tivesse deixado estipulado em testamento a entrega de Ceuta caso não alcançassem sucesso as tentativas de resgate do irmão por outras vias, diplomáticas ou monetárias. Em contrapartida, mísero consolo, a exaltação das suas tribulações e morte e a proclamação da sua santidade, acabam por ser eficazmente instrumentalizadas como propaganda em favor da nova dinastia reinante, que havia gerado um santo entre os seus, um mártir face à impiedade islâmica, legitimando assim a continuação da guerra no Norte de África, uma obsessão que D. Henrique nunca deixou de prosseguir. Se, por hipótese, D. Fernando se entregou voluntariamente como cativo, com vista à resolução de um problema político-militar concreto, não teria sido com igual vontade que se sujeitou ao martírio, como o testemunham os constantes e desesperados apelos enviados para Portugal para que se procedesse à sua libertação.

As comemorações oficiais do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960, suscitaram a publicação de numerosos estudos sobre a expansão quatrocentista portuguesa, um tema caro ao regime político então vigente, e a edição de importantes colectâneas documentais. Nessa revisitação do passado, que a manutenção de um suposto império colonial mantinha bem vivo, a personagem histórica do Infante D. Fernando foi também objecto de numerosas investigações, que geralmente o associam ao desastre de Tânger, no contexto mais global das vicissitudes políticas e militares da presença portuguesa no Norte de África, embora as questões ligadas ao seu culto, e mesmo às suas representações iconográficas, não tenham sido descuradas. Na passagem do novo século muitas dessas questões têm sido reavaliadas a partir de novas problemáticas e metodologias, devedoras de avanços historiográficos

significativos no medievismo português, permitindo que muito do material então exumado dos arquivos seja analisado segundo novas e renovadas leituras. Trata-se, precisamente, do que propõe o livro de João Luís Fontes. Na sequência dos estudos sobre a santidade encetados por José Mattoso e continuados por Maria de Lurdes Rosa, além de outros, encontra também ele um lugar entre as poucas obras que têm lançado um olhar mais esclarecido sobre o tema das mentalidades religiosas no Portugal medieval.

Armando de Sousa Pereira

**COLÓQUIO OS JUDEUS SEFARDITAS ENTRE PORTUGAL, ESPANH A E MARROCOS**, Évora, 1998 – *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Coord. de Carmen Ballesteros e Mery Ruah. Lisboa: Ed. Colibri; Associação Portuguesa de Estudos Judaicos; CIDEHUS – UE, 2004. 278 p.

A obra constitui-se como a publicação das actas do Colóquio realizado em Évora, em Novembro de 1998, numa organização conjunta do Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora e da Associação Portuguesa de Estudos Judaicos. A organização dos textos perspectiva-se em função de dois grandes pólos, “Economia, sociedade e cultura”, subdividido em dois períodos (o primeiro entre os sécs. XV a XVIII e o segundo abrangendo os sécs. XIX e XX) e “Quotidiano”, ramificado entre Arqueologia e “Imaginário popular”. O âmbito cronológico da obra estrutura-se, pois, nos períodos Moderno e Contemporâneo, constituindo-se a conferência inaugural de Joaquim Chorão Lavajo, “A expulsão dos judeus: erro ou equívoco”, o marco preambular do período temporal a que se remetem as temáticas abordados.

Como em qualquer obra do mesmo teor, são notórios os desequilíbrios no que se refere aos conteúdos e à sua distribuição temporal e geográfica. O espaço marroquino é objecto de uma mais ampla análise, através dos artigos de José Alberto Rodrigues da Silva Tavim (“Subir a Fez durante o séc. XVI: contribuição para o estudo de um *mellah*”) de Bernard Rosenberg, (“Le rôle des Juifs hispaniques dans l’adaptation du Maroc à son temps (1493-1603)”) ou, ainda de Mohammed Kenbib (“Les relations judéo-musulmanes au Maroc aux XIX-XX<sup>èmes</sup> siècles: aspects socio-économiques et culturels”), com um significativo contributo para a explicação da contemporaneidade em Marrocos. De facto, o seu estudo que envolve a mutação dos parâmetros de coabitação entre a população muçulmana e judaica, que o autor situa a partir de 1912, pretende explicar, na longa duração, a retracção populacional das comunidades judaicas nesse país. Peca apenas pela (prudente?) brevidade das referências ao período posterior a 1948, tão somente enunciado no último parágrafo do texto. A observação centrada em Marrocos suscita, igualmente, no âmbito das temáticas culturais, o pequeno artigo de Simon Lévy “Quatre siècles plus tard, quelles traces portugaises?”.

As análises de carácter local pontuam no que se refere ao território português, quer no campo da arqueologia, em que os dois estudos apresentados remetem para o caso de Évora, relevando de um projecto de investigação que envolve ambas as autoras (“A Judiaria e a sinagoga medieval de Évora (1ª campanha de escavação)”) de Carmen Ballesteros e “Na rota dos vestígios judaicos: a sinagoga grande de Évora”, de Maria da Graça Bachman), quer ainda na comunicação de Fátima Sequeira Dias na apreciação biográfica do micaelense